
Os museus como desafios para a antropologia

Regina Abreu

A casa, na vida do homem, afasta contingências, multiplica seus conselhos de continuidade. Sem ela, o homem seria um ser disperso. Ela mantém o homem através das tempestades do céu e das tempestades da vida. Ela é corpo e alma. É o primeiro mundo do ser humano. Antes de ser “atirado ao mundo”, o homem é colocado no berço da casa. E sempre, em nossos devaneios, a casa é um grande berço. [...] é graças à casa que um grande número de nossas lembranças estão guardadas e se a casa se complica um pouco, se tem porão e sótão, cantos e corredores, nossas lembranças têm refúgios cada vez mais bem caracterizados. Voltamos a eles durante toda a vida em nossos devaneios. [...] No teatro do passado que é a nossa memória, o cenário mantém os personagens em seu papel dominante. Às vezes acreditamos conhecer-nos no tempo, ao passo que se conhece apenas uma série de fixações nos espaços da estabilidade do ser, de um ser que não quer passar no

tempo, que no próprio passado, quando vai em busca do tempo perdido, quer “suspender” o voo do tempo. Em seus mil alvéolos, o espaço retém o tempo comprimido. O espaço serve para isso. [...] O espaço é tudo. Porque o tempo não mais anima a memória. A memória – coisa estranha! – não registra a duração concreta, a duração no sentido bergsoniano. Não se podem reviver as durações abolidas. Só se pode pensá-las na linha de um tempo abstrato privado de toda densidade. É pelo espaço, é no espaço que encontramos os belos fósseis de uma duração concretizados em longos estágios. [...] Portanto há um sentido em dizer, que se “escreve um quarto”, que se “lê um quarto”, que se “lê uma casa”.

Bachelard, Gaston, *A Poética da Casa*, 1978 [1884.]

Os museus são grandes casas (em sentido material e figurado), espaços consagrados e consagradores de histórias, lugares de memória, de colecionamento e de armazenamento de objetos. São também espaços de exposição, de apresentação, de comunicação. Mas fundamentalmente são espaços perenes que habitam nosso imaginário e nossa imaginação. E embora existam museus de território, que não se limitam às paredes de uma casa propriamente dita, os museus se fazem fortemente pela noção de espaço, um espaço que habita um outro tempo, não mais o do cotidiano, mas o do extraordinário.

Numa sociedade na qual o tempo adquiriu contornos de extrema velocidade, em que os indivíduos se deslocam com frequência, e os sociólogos apontam aceleração, mudanças, fragmentação e descontinuidades, o museu emerge como um espaço que nos apazigua, nos conforta, nos seduz. E fundamentalmente nos conecta com outros tempos, lançando-nos para fora do presentismo, do imediatismo, do contingente. É por meio do espaço, ou da experiência do espaço do museu quando percorremos

suas salas, visitamos seus objetos, interagimos com suas propostas expositivas que nos conectamos com uma vivência incomum, deixando a rotina do cotidiano para um percurso inteiramente novo. A experiência do visitante de um museu é uma experiência performática na qual todo o corpo participa de um movimento em tudo diverso do andar nas ruas, dos espaços de trabalho ou mesmo de outros espaços de lazer. Percorrer um museu é uma atividade única, específica, singular.

Os museus, como as casas descritas por Bachelard, são constituídos por corpos de imagens que nos dão certa ilusão de estabilidade. E nossos corpos deambulam por entre tantos objetos imóveis, tantas coisas antigas, tantos suportes evocativos de inúmeras lembranças. Talvez seja esta ilusão de estabilidade conjugada com a possibilidade de ralentar nossos passos, de diminuir o ritmo de nossas respirações e de relaxar por algumas horas que faz do museu um lugar em alta nos nossos dias.

Em cidades pautadas pelo jogo econômico das grandes corporações e, sobretudo, naquelas cidades afetadas por megaeventos abrem-se cada vez mais museus, dos mais humildes aos mais suntuosos, de todos os credos, de todos os gêneros, de todos os feitios. A proliferação de museus é um fenômeno sem precedentes no contemporâneo. Muitos estudos tentam explicar este fenômeno. E o que é surpreendente é que não se trata do crescimento de um tipo de museu. Ao que tudo indica, eles crescem e proliferam na razão mesma de sua diversidade. Fala-se constantemente em diversidade museal. Surgem arrojados projetos arquitetônicos de nomes como Santiago Calatravas (autor do polêmico projeto do Museu do Amanhã, no Rio de Janeiro), Siza Vieira (Museu de Arte Contemporânea Serralves, no Porto), Jean Nouvel (que construiu o Museu do Quai Branly, num prédio audacioso cercado por um enorme jardim tropical, em Paris).

A audácia é tanta que em Lanzarote, uma das ilhas Canárias, chegou-se a construir um museu a 15 metros de profundidade no mar. O novo museu da cidade conta com obras do artista britânico Jason De

Caires. Ele fez esculturas dos moradores de Lanzarote em suas atividades diárias. As estátuas são feitas de concreto e devem durar 300 anos. Um museu que o visitante apenas conseguirá visitar com equipamentos de mergulho, evidenciando uma nova dimensão dos museus contemporâneos: a do estímulo a novas experiências sensoriais (Dias, 2007, p. 126-138).

Mas em meio a tantos museus e fortes anseios por musealizações no contemporâneo, o que nós, antropólogos, temos a ver com isso? Qual o interesse que os museus podem despertar em pesquisadores que se habituaram com dimensões de pequenas comunidades, sociedades tradicionais e culturas ameaçadas de desaparecimento? O que temos a ver com um assunto tão vasto, tão na ordem do dia, tão complexo, com tantas vertentes e derivações?

Antropologia e Museus: encontros e desencontros

Para tentar responder a esta questão, gostaria de retomar as anotações de um Simpósio realizado há mais de 10 anos na 24^a Reunião Brasileira de Antropologia em Goiânia, em julho de 2006. O Simpósio, organizado por Manuel Ferreira Lima e por mim, intitulava-se “Antropologia e Museus: revitalizando o diálogo”. Na ocasião, a antropóloga portuguesa Nélia Dias lançou a seguinte indagação: Nós, antropólogos, precisamos de museus? (2007, p. 126-138). Nélia procurava dar continuidade a um debate iniciado com base em um artigo clássico de William Sturtevant, com o título provocador “A Antropologia precisa de museus?”, que tinha sido seguido de um outro artigo igualmente provocador de Jean Jamin, intitulado “Precisamos queimar os museus de etnografia?” (Sturtevant, 1969; Jamin, 1998).

É bom lembrar que nem sempre os museus foram vistos positivamente pelos antropólogos, e que parte de uma geração de intelectuais dos anos 60 e 70 sustentou que os museus eram lugar de decrepitude, de coisas velhas e mortas, do conservadorismo em oposição aos ideais de mudanças e revoluções que imperaram naqueles anos. Na ocasião

do Simpósio a que nos referimos, Nélia Dias chamava a atenção para o carácter problemático da relação entre antropologia e museus.

Os museus etnográficos foram quase sempre objeto de crítica por parte dos antropólogos (ver o célebre texto de Franz Boas, “Sobre os limites do Método Comparativo em Antropologia” – “On the Limitations of the Comparative Method of Anthropology”) e dos conservadores. Até que ponto esta situação se prende ao facto de os museus serem, segundo os termos de George W. Stocking, “instituições nas quais as forças da inércia histórica está profunda, senão, inescapavelmente, implicada”? (Dias, 2005).¹

Para compreender a relação entre antropologia e museus e, especificamente, o surgimento dos museus etnográficos, é preciso ter claro o panorama histórico da Ciência Positivista do século XIX.

Desde a sua fundação nos finais do século XVIII, os museus estiveram estreitamente ligados a saberes disciplinares. Em primeiro lugar a história natural e a história da arte, em seguida, ou seja, por volta de 1820-1830, a história, a arqueologia e a anatomia e, finalmente, a partir de 1850, a geologia, a paleontologia e a etnografia. Os objectos materiais concebidos como evidências desempenharam um papel central na consolidação e institucionalização dos novos campos de investigação. Se o século XIX é por excelência o século dos museus e dos museus ligados a campos disciplinares, essa instituição não é apenas um mero espaço de vulgarização do saber. Pelo contrário, o museu é pensado como um espaço de construção do saber, e os objectos nele contidos são ins-

1 Cessons de brûler les musées d'ethnographie! Disponível em: http://www.etrehumain.ch/Etre_humain/Textes_specialises/Entrees/2005/5/1_Cessons_de_bruler_les_musees_dethnographie!.html
Stocking, George W. 1985. “Essays on Museums and Material Culture” in *Objects and Others. Essays on Museums and Material Culture*, edited by G. W. Stocking. Madison -Wisconsin: The University of Wisconsin Press, p.4.

trumentos de conhecimento que participam activamente na produção do saber ao nível dos conceitos, dos temas de estudo e das ferramentas metodológicas.² Isto porque os objectos, concebidos como testemunhos, contribuem para a verificação da prova – existência de antigas civilizações, de povos primitivos. Como mostrou brilhantemente Carlo Ginzburg, a emergência daquilo que seriam posteriormente chamadas as ciências humanas está estreitamente ligada ao paradigma ou modelo epistemológico indiciário (Dias, 2005).

Este aspecto é fundamental para compreender porque os primeiros antropólogos faziam suas coleções de estudo e as guardavam nos museus como evidências das culturas dos povos primitivos que eram descobertos. Os primeiros museus etnográficos tinham, portanto, este carácter de arquivos e centros de documentação das sociedades humanas e, muitas vezes, assemelhavam-se a gabinetes de curiosidades com ênfase em características exóticas e nas raridades que iam sendo descobertas.

Outro aspecto importante apontado por Nélia Dias e que se discutiu no Simpósio de 2006, relacionou-se ao aspecto de exercício classificatório presente no modelo de museu científico que emergiu no século XIX.

Enquanto instituições destinadas ao exercício classificatório, os museus foram apelidados consoante o conteúdo das suas coleções – históricas, artísticas, etnográficas e arqueológicas. Este modelo que emergiu no século XIX e à luz do qual os museus foram designados em função dos saberes disciplinares – museus de arte, de história, de etnografia, de arqueologia – perpetuou-se até os anos 1960. (Dias, 2005).

² Sobre o papel dos museus na institucionalização da antropologia ver Nélia Dias. 1991. *Le musée d'ethnographie du Trocadéro (1878-1908)*. Anthropologie et muséologie en France. Paris: Éditions du Centre National de la Recherche Scientifique; Glenn Penny. 2002. *Objects of Culture. Ethnology and Ethnographic Museums in Imperial Germany*. Chapel Hill & London: The University of North Carolina Press; Andrew Zimmerman. 2001. *Anthropology and Antihumanism in Imperial Germany*. Chicago and London: The University of Chicago Press.

Este modelo de museu científico e, especificamente, de museu etnográfico ou antropológico se perpetuou e chegou ao século XX com poucas mudanças. O século XIX corresponde para a antropologia ao que William Sturtevant (1969) chamou de “período áureo do museu”, desempenhando um lugar central na emergência e no desenvolvimento da disciplina antropológica. É importante assinalar que as pesquisas antropológicas se faziam quase exclusivamente nos museus e os pesquisadores integravam seu corpo técnico. Esta situação e, especificamente, este paradigma indiciário e da centralidade da cultura material na prática antropológica só encontra sinais de mudança a partir da segunda década do século XX com a criação de centros e laboratórios de pesquisa, com a formação de equipes de pesquisa e dos departamentos universitários. O surgimento de um novo modelo de universidade com seus departamentos disciplinares abre caminho para um progressivo rompimento com os laços com os museus científicos e, particularmente, com os museus etnográficos.

Ao longo do século XX, a base metodológica e epistemológica que serviu de fundamento para a constituição dos museus começou a estar cada vez mais fragilizada para não dizer suplantada pelas equipas de investigação, os centros e os laboratórios de pesquisa, a formação dos departamentos universitários que romperam todos os laços com a instituição museu. A interrogação colocada por William Sturtevant em 1968 “Does anthropology need museums?” abriu, por assim dizer, caminho à interrogação crescente e ao mal-estar instalado entre a disciplina antropológica e os museus. Apesar da sua defesa ardente da utilidade dos museus para o estudo da cultura material, Sturtevant sublinhava que a antropologia, enquanto disciplina universitária, se afastava progressivamente das práticas de recolha e de exposição de objectos que caracterizaram a sua emergência no século XIX. Assim, o declínio do movimento museológico situar-se-ia, segundo este autor, nos princípios do século XX, e estaria associado à profissionalização da disciplina e à importância crescente do trabalho de campo (Dias, 2005).

Nélia Dias observa que, em 1954, Claude Lévi-Strauss escrevia sobre os museus etnográficos como lugares com tendência à fossilização e a não renovação. Os novos modelos de Universidades eram vistos como centros dinâmicos em oposição aos museus etnográficos, tidos como lugares estagnados. Para o antropólogo, “A missão de conservatório de objectos dos museus etnográficos é susceptível de se prolongar, não de se desenvolver e ainda menos de se renovar”.

Neste cenário, a relação entre a prática da antropologia e a prática dos museus etnográficos tendeu a se tornar cada vez mais problemática. No plano da representação, os museus etnográficos passaram a ser vistos como lugares até mesmo incômodos. No debate que se prolongou ao longo dos anos até o final do século XX e que certamente teve na reestruturação do Museu do Homem e na criação do Museu do Quai Branly, em Paris, um marco importante, gestores da administração pública se manifestaram sobre os museus etnográficos como lugares pouco rentáveis e pouco afeitos às necessidades e ao dinamismo dos tempos modernos. Toda uma geração de antropólogos formada nas universidades distanciou-se dos museus e dos estudos de cultura material. Estava criado um abismo do qual ainda escutamos seus ecos.

Grosso modo e a partir dos anos 1950, os antropólogos debruçaram-se sobre temas – o parentesco, as práticas rituais, os saberes orais, os sistemas simbólicos – que não requeriam de forma alguma o estudo dos objectos materiais. Tal é em todo o caso a explicação avançada por Maurice Godelier (1998) para tornar compreensível o estado de abandono do Museu do Homem em Paris. O mesmo se passou na antropologia de origem britânica, o estudo da cultura material divorciou-se da antropologia social com a consequente divisão de trabalho entre os peritos que estudavam os artefactos e os especialistas que analisavam a sociedade ou a cultura, ou seja, que elucidavam os contextos socioculturais. (Dias, 2005)

Apontando caminhos de renovação: os ecomuseus, a antropologia da arte e os estudos de cultura material

Do ponto de vista dos caminhos de renovação da prática dos museus antropológicos, observamos alguns movimentos interessantes em todos esses anos e que foram aos poucos tecendo uma espécie de terceira via entre a antropologia e os museus, ou entre a prática antropológica e o potencial dos museus. O primeiro deles foi o surgimento dos ecomuseus, criados por um movimento importante de museólogos e antropólogos sobretudo na França. Já em nosso Simpósio sobre a revitalização do diálogo entre a Antropologia e os Museus ocorrido na RBA de 2006, Nélia Dias chamava a atenção para o papel dos ecomuseus na renovação desse mesmo diálogo.

Os ecomuseus, cuja hora de glória se situa na Europa nos anos 1970, constituem uma das primeiras rupturas com o paradigma disciplinar devido à tónica posta, por um lado, na abordagem pluridisciplinar e, por outro, na extensão da noção de objecto de museu. Ao abarcarem o território, as práticas, os saberes, as crenças, em suma, o património tanto natural como cultural, os ecomuseus abrem caminho para o questionamento em torno das relações entre uma instituição museológica e uma disciplina. A partir dos anos 1980, surgem novas designações, baseadas em conceitos – museus de sociedade, museus de civilização, museus das civilizações, museus das culturas – que testemunham ou dão testemunho do progressivo abandono do laço ancestral entre o museu e um saber académico. São vários os exemplos de museus rebaptizados ou criados com novos nomes. É designadamente o caso do Musée des Civilisations de l'Europe et de la Méditerranée em Marselha, ou do Musée des Cultures em Basileia. No contexto francês, alguns museus etnográficos abandonaram o termo etnografia, como é o caso do Musée du quai Branly que inaugurou em Junho de 2006, como se esta designação fosse obsoleta, visto remeter para um modelo museológico forjado no século XIX. (Dias, 2005).

Um outro elemento importante que conduziu à revitalização do diálogo entre antropologia e museus foi a emergência de novos campos de pesquisa nos anos 1980, entre eles a antropologia da arte e os estudos de cultura material que permitiram repensar noutros termos as relações entre objetos e saber antropológico. A partir dos anos 1990, “o aprofundamento de um trabalho rico e considerável sobre as colecções, sobre a prática de coleccionar e sobre as poéticas e políticas dos museus e das exposições teve, por sua vez, nítidas incidências sobre os museus etnográficos”.

Os efeitos do pós-colonialismo

Um outro aspecto já levantado em nosso Simpósio de 2006 e que incidiu sobre os museus etnográficos foram os efeitos do pós-colonialismo. A era pós-colonial impôs um novo olhar sobre os museus etnográficos. A partir do final do século XX, assistiu-se a um grande questionamento sobre os modos de coleta e de apropriação dos objetos à luz das relações coloniais. A autoridade dos antropólogos foi posta em questão no seio da instituição museal. Os povos representados nos museus com base no fortalecimento de suas organizações passaram a reivindicar o repatriamento de objetos retirados de suas aldeias e integrados a acervos museológicos, e também a participação na apresentação de suas culturas nos espaços de exposição. Ganhou força a noção de curadoria compartilhada entre antropólogos, museólogos e representantes de povos indígenas.

Um movimento de entrada em cena de representantes indígenas em museus etnográficos em todo o mundo se afirmou como resultado de movimentos e reivindicações indígenas. Os povos indígenas descobriram os museus e as práticas museológicas, o que abriu espaço para a dinamização dos acervos com novas informações e a atualização das pesquisas sobre os objetos. Além disso, foi também em virtude da descoberta dos museus pelos índios que eles próprios começam a “reaprender” ofícios e práticas já desaparecidos em seus territórios. Os museus etnográficos com seus acervos e o acúmulo de suas pesquisas passaram a ser vistos

como fontes de pesquisa e estudo para os próprios povos indígenas. Há inúmeros relatos desta busca por parte de indígenas em relação às suas próprias referências culturais em função de estudos de cultura material nos museus etnográficos. (Russi e Abreu, 2013).

Antropologia dos Museus, Etnomuseologia e outras possibilidades de diálogo

Um outro movimento interessante no sentido da revitalização das relações entre a antropologia e os museus fundamentou-se na perspectiva de alguns antropólogos de que é possível tomar o próprio “museu” como objeto de estudo. Uma nova área vem aos poucos se impondo no campo dos estudos antropológicos: a Antropologia dos Museus.

Os antropólogos olham a instituição museu do exterior como um terreno de investigação, susceptível de ser apreendido como uma cultura, para retomarmos a expressão de *museum culture* forjada por Daniel Sherman e Irit Rogoff (1994). Nesta perspectiva, qualquer museu, independentemente da sua natureza, pode ser objecto de análise antropológica; assim, a metodologia da etnografia permitiu aos antropólogos conduzir investigação em museus de ciência (ver o trabalho de Sharon Macdonald em torno do Science Museum em Londres).

Uma outra proposta ainda tímida, mas que surge dos estudos sobre museus, consiste na criação de uma área de estudos de Etnomuseologia, ou seja, procura perceber as diferentes representações dos objetos baseada nas culturas ou nas diferentes perspectivas.

Noutras palavras, poder-se-ia abrir um novo campo para os museus etnográficos, o da etnomuseologia, como Jacques Galinier sugeriu, ou seja, uma reflexão e investigação comparativas sobre as concepções e os destinos dos museus segundo as várias culturas.

Passados dez anos do nosso Simpósio “Antropologia e Museus: revitalizando o diálogo”, verifica-se que alguns novos elementos na relação entre antropologia e museus não estavam presentes ou apenas se esboçavam em 2006, mas hoje se impõem como recursos adicionais nesse processo. Alguns são específicos do caso brasileiro, enquanto outros dizem respeito a um universo mais amplo da relação entre estes dois campos em questão.

No caso do Brasil, observamos um fenômeno que certamente produzirá efeitos na longa duração. Trata-se do crescimento dos cursos de Museologia em articulação com cursos de Antropologia em universidades públicas, facilitando e estimulando o diálogo. Este projeto foi incrementado na gestão de Gilberto Gil à frente do Ministério da Cultura e especificamente por meio do Instituto Brasileiro de Museus –Ibram, novo órgão criado também nesse período, voltado à gestão e à dinamização da área de museus. Neste novo contexto, sublinhamos a difusão da disciplina antropologia dos museus e dos cursos voltados para memória e patrimônio nas universidades, o que renovou o interesse pelos estudos sobre museus, objetos e memória.

Ainda nos referindo ao caso brasileiro, destacamos a participação ativa da sociedade civil no campo dos museus nos últimos anos, especialmente os povos indígenas e os movimentos sociais comunitários, com grande estímulo do Poder Público, leia-se governo federal, Ministério da Cultura, em particular durante a gestão de Gilberto Gil neste Ministério, especialmente com a criação dos Pontos de Cultura e dos Pontos de Memória. Além disso, a multiplicação de museus indígenas por todo o país representa hoje um fenômeno ainda por ser estudado. No Nordeste do Brasil, observa-se um movimento fortíssimo, com a realização de encontros e simpósios com certa regularidade nos quais novas experiências de museus protagonizadas por povos indígenas são debatidas e fortalecidas.

Cabe também registrar o surgimento de museus que se autointitulam “museus sociais”, aqueles em que os movimentos sociais assumem o protagonismo e trazem outros elementos que desafiam e incitam os museus etnográficos. Estes “museus” consistem em dispositivos integrados a um contexto mais amplo de participação social, construção ativa da cidadania, protagonismo de grupos outrora invisibilizados. O sucesso dos “museus sociais” está diretamente relacionado a um ambiente participativo, com especial ênfase na ferramenta dos “fóruns”, em que agentes sociais envolvidos constroem em conjunto projetos de museus e planos museológicos. Trata-se não apenas de diferente gênero de museu, mas de uma mudança em formas de gestão, de conceituação e de participação no projeto museológico. Ainda não há como avaliar estes novos projetos de museus, cuja implantação é muito recente.

Estas novidades no horizonte da relação entre antropologia e museus apontam para “novas práticas” que se difundem em diferentes contextos. Em Portugal, cito a experiência narrada por Lorena Querol de Emanuel Sancho sobre “novas práticas” no Museu do Trajo de São Brás do Alportel. O que estas experiências parecem apontar é um movimento crescente de participação de agentes sociais nos processos e nas práticas museológicas. É este movimento participativo que abre caminho para que agentes sociais se apropriem de suas “casas-memórias”, para usar a expressão de Bachelard. Os museus e, em especial, os museus que incluem pesquisas antropológicas ou convivem com elas adquirem novos sentidos, outras formas de gestão e também diferentes desafios. É sobre estes desafios que nós, antropólogos, museólogos e agentes sociais iremos nos debruçar nos próximos anos. Se “os museus são bons para pensar”, como escreveu Arjun Appadurai, podemos também dizer, à luz da “casa-memória” de Bachelard, que os museus são bons para sonhar e para imaginar. Em outras palavras, para construir caminhos e trazer inspiração à luz de novas utopias.

Referências

- BACHELARD, Gaston. *A poética do espaço*. Coleção Os pensadores. São Paulo: Abril Cultural, 1978 [1884].
- BOUQUET, Mary ed. *Academic Anthropology and the Museum. Back to the Future*. New York-Oxford: Berghahn Books, 2001.
- DIAS, Nélia. Antropologia e Museus: que tipo de diálogo? In: ABREU, R.; CHAGAS, M.; SANTOS, M. *Museus, Coleções e Patrimônios: Narrativas Polifônicas*. Rio de Janeiro: Garamond/ MinC/Iphan/Demu, 2007. p. 126-138.
- GINZBURG, Carlo. « Traces », in *Mythes, Emblèmes, Traces. Morphologie et Histoire*. Paris: Flammarion, 1989.
- JAMIN, Jean. 1998. Faut-il brûler les musées d'ethnographie? *Gradhiva*, n. 24, p. 65-69, 1998.
- GODELIER, Maurice. "Un musée pour les cultures", *Sciences humaines*, dezembro 1998, nº23, p. 19.
- RUSSI, Adriana; ABREU, Regina. Coleções etnográficas europeias: memória e diálogo a partir de artefatos dos ameríndios Kaxuyana. In: REUNIÃO EQUATORIAL DE ANTROPOLOGIA. 4., Fortaleza, 2013.
- SHERMAN, Daniel J. , ROGOFF, Irit . *Museum Culture. Histories, Discourses, Spectacles*. Minneapolis: University of Minnesota Press. ed. 1994.
- STURTEVANT, William. Does Anthropology need Museums? In: *Proceedings of the Biological Society of Washington*, n. 82, p. 619-650, 1969.